

794

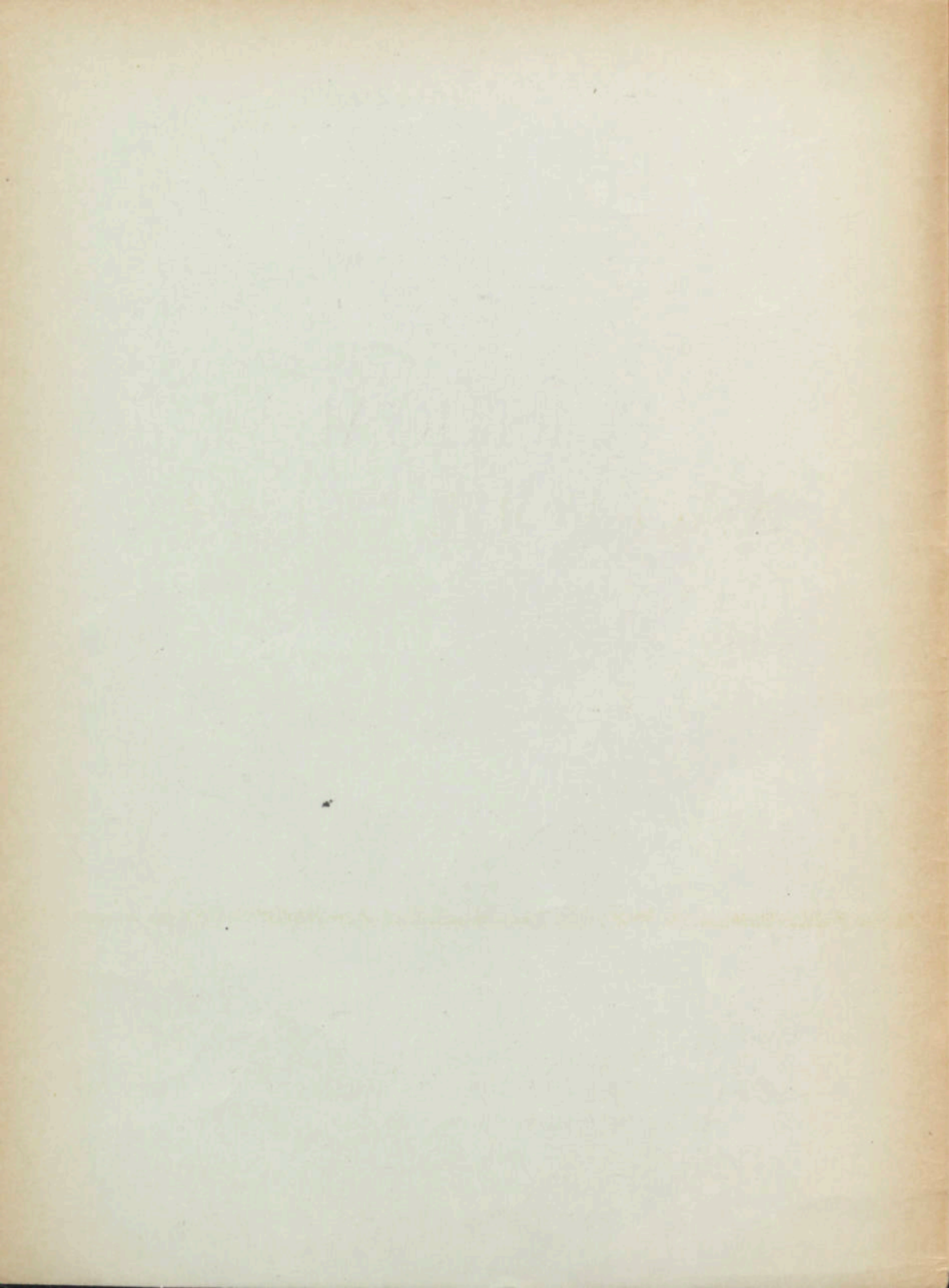
SEIT

MARCELLO CAETANO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

PORTUGAL  
NÃO PODE CEDER

DISCURSO PRONUNCIADO  
NO PALÁCIO DAS NECESSIDADES  
EM 6 DE OUTUBRO DE 1969

906













MARCELLO CAETANO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS


# PORTUGAL NÃO PODE CEDER

DISCURSO PRONUNCIADO  
NO PALÁCIO DAS NECESSIDADES  
EM 6 DE OUTUBRO DE 1969

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

1969





acreditou sempre na verdade e na virtude dela. E essa fé foi militante. Na rotina quotidiana ou nos grandes momentos de crise, nas tribunas nacionais ou no debate das assembleias internacionais, nas conversações bilaterais ou no meio do tumulto dos inimigos de Portugal, ao esclarecer o País nas conferências de Imprensa ou quando se dirigia à opinião mundial, falando ou escrevendo, o Dr. Franco Nogueira foi um ministro batalhador, que generosamente se deu à defesa da causa de Portugal!

Exemplo de chefe surgido e seguido no serviço diplomático português, cujos funcionários, espalhados por esse mundo fora, por vezes nas mais desconfortáveis posições, têm sabido sempre expor e defender com coragem as razões do seu país.

O Dr. Franco Nogueira sai do Governo, mas não deixa a vida pública. Muda de trincheira mas continua no combate. E tenho a certeza de que, se o eleitorado tiver o bom senso, como espero, de o enviar à Assembleia Nacional, aí prestará ao País novos e relevantíssimos serviços.

Não me parece este o momento oportuno para preencher a sua vaga neste Ministério que, por pouco tempo, ficarei a gerir interinamente, com a ajuda do Dr. Rui Patrício, que tão excelentes provas de inteligência e capacidade tem dado como Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Isso quer dizer também que a defesa do Ultramar português não afrouxará no plano diplomático, como não fraquejará no plano interno.



Compreendo que a internacional comunista ataque com veemência a defesa que fazemos das províncias africanas, apodando-a de «guerra colonial».

Compreendo que aos que põem acima do interesse dos portugueses o interesse do progresso do comunismo no Mundo convenha demolir por todas as formas o obstáculo que a presença portuguesa em África representa, capitulando-a de colonialista, de opressora, de nociva às classes trabalhadoras, de tudo o mais que possa denegri-la.

Compreendo que os países interessados na existência de débeis governos, incapazes e impotentes, nos territórios africanos, de cuja aparente independência pensam poder dispor à vontade, olhem com hostilidade as províncias portuguesas do Ultramar onde existe uma autoridade que disciplina o contributo de todos quantos queiram participar no seu progresso, sem as deixar alienar a ninguém.

Mas que portugueses preconizem que se pactue com os chefes dos movimentos terroristas, negociando com eles a entrega dos territórios onde vivem e labutam milhões de compatriotas — brancos uns, pretos os outros mas todos confiados na protecção da Pátria comum —, que haja quem ingénua ou perversamente pense que tais negociações conduziriam a resultado diferente do aniquilamento e da expulsão dos bons portugueses, da crise de todas as actividades que fazem a riqueza da terra e são penhor do futuro das gentes, e do caos político, económico e social de regiões onde hoje reina a paz, a prosperidade e a harmonia, que haja entre nós quem assim pense, sinceramente custa-me a compreender!



Conheço e amo a África. Conheço e amo as suas populações. É a pensar nas terras e nas gentes africanas que formo a minha opinião. É a pensar no drama das independências prematuras, é a pensar na impreparação total dos povos de África para constituírem e gerirem Estados do tipo que lhes querem impor, e cujas estruturas e funcionamento democráticos carecem totalmente de afinidades com milenários costumes de governo tribal, é a pensar na tragédia inevitável que a sementeira de ideias revolucionárias e de ódios raciais desencadearia em meios onde a equilibrada e paciente evolução conseguirá em alguns anos consolidar sociedades multirraciais, é a pensar nos perigos da escravização dos homens nos chamados socialismos africanos ou nas alienações dos países aos neocolonialismos irresponsáveis mas exploradores, que sustento a verdade e a necessidade da presença de Portugal em África.

E quando ouço dizer que a metrópole, liberta dos encargos ultramarinos, conheceria novos tempos de prosperidade, pergunto a mim próprio se as pessoas que o afirmam estão convencidas do que dizem.

Nunca professei a opinião de que Portugal, privado do Ultramar, estivesse condenado à perda da independência. Mas não quero pensar no que seriam os dias negros dessa privação. Não quero pensar no que seria a chegada à metrópole dos portugueses de Angola e Moçambique expulsos dos seus lares e em busca de novos meios de trabalho, nem na cólera de quantos se sentissem logrados nos sacrifícios feitos para manter em África a bandeira verde-rubra! Nem ousa imaginar o que doeria a ferida moral — o que



por longos anos seria uma viva e ardente ferida aberta pelo abandono ou pela entrega na consciência do País.

Entrega a quem? Se são vários e rivais os chefes e os movimentos, que só se distinguem pelos países estrangeiros que lhes fornecem armas e apoios financeiros e diplomáticos? Se esses movimentos e esses chefes, carecidos de autoridade própria, de raízes nos territórios, de legitimidade de qualquer espécie, só teriam nas negociações a voz e o voto que lhes fosse ditado pelas potências que os sustentam e movem? Se em última análise as negociações acabariam por ser feitas não com as populações ou seus representantes — mas com países que encobertamente as conduziriam para depois, encobertamente também, passarem a ser senhores e fruidores dos territórios?

Porque a verdade é que, ao contrário da falsa ideia espalhada por uma propaganda insidiosa, nenhum movimento, a partir do caso do Congo em 1961, espontaneamente, surgiu, se desenvolveu e radicou em território português: todos foram fomentados, são apoiados e estão baseados em países estrangeiros.

Não. A entrega do Ultramar aos movimentos subversivos não faria a felicidade dos africanos e não seria com certeza factor de prosperidade, nem título de nobreza, nem motivo de orgulho nacional para os Portugueses.

O caso da Índia não foi uma entrega nem um abandono. Sabíamos que, contra o poderio militar da República indiana ali ao pé, as nossas guarnições não podiam fazer mais do que servir de guarda de honra à bandeira nacional. Os que em Nova Delhi se proclamaram pacifistas foram assim



forçados a empreender uma operação de conquista. Uma violência, que escaldou as mãos de Nehru, e desmentiu toda a doutrina por ele proclamada. Os portugueses de Goa, ocupada militarmente por uma potência estranha, não foram entregues pela Mãe Pátria: pertencem-lhe ainda. E nem se pode dizer que estejam hoje em situação pior, sob o ponto de vista cultural, que os habitantes dos antigos estabelecimentos franceses.

Perdem-se vidas ao resistir à subversão? Ninguém o deplora mais que aqueles a quem cabem as responsabilidades do Governo e que têm o dever de ser avaros do sangue do povo. Mas havemos então de ceder cobardemente ao primeiro ímpeto de quem nos ataque? Havemos então de professar uma política de renúncia e de retirada sempre que alguém nos conteste? Havemos então de deixar impassivelmente, para fugir à luta, produzirem-se os males maiores da anarquia, da guerra civil, da chacina de vidas, da destruição de fazendas, do aniquilamento da civilização?

É uma ilusão pensar que o modo de impedir a violência seja deixar cair os braços. Podemos deplorar que assim seja: mas a ausência de repressão só incita ao crime. A certeza da impunidade alenta os desordeiros. E o crime, a desordem, a subversão destroem muito mais vidas e muitos mais bens do que pode custar uma prevenção oportuna e uma repressão eficaz. Por isso não há que escolher: temos de usar a força para evitar a violência. Temos de nos sacrificar na luta pela ordem se queremos que não haja desordem. Temos de nos dispor à defesa activa de tudo quanto a civilização ergueu se não queremos vê-la afundar-se nos cáos.



Contra esta atitude ergue-se o comodismo burguês, sempre cego enquanto não sofre na própria carne a consequência dos seus erros de compreensão e de acção. E protesta, naturalmente, a revolução, que denuncia em altos gritos como injusto tudo o que constitui obstáculo à sua marcha. Mas os povos que conservam a saúde de espírito não podem emburguesar-se, nem tão-pouco deixar-se iludir pelos gritos revolucionários.

Eis aqui as razões pelas quais Portugal não pode ceder, não pode transigir, não pode capitular na luta que se trava no Ultramar. Devemos estar abertos a tudo quanto pacificamente possa ser feito no sentido da evolução natural das grandes províncias africanas. Mas temos de ser intransigentes quanto a uma retirada que comprometeria por muitos anos, tudo quanto fizemos e preparámos durante séculos, na Europa e no Mundo, à custa de esforço incontável, de muito sofrimento e de muito sangue vertido das nossas veias.

O Mundo há-de compreender que este é o caminho verdadeiramente conveniente ao progresso e à paz. Mas primeiro é preciso que o afirmem os Portugueses. E estou certo que não deixarão de o fazer com energia, com empenho e com fé.









NB



\*EFG0000013768\*



S.N. I